



# Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O Outorgante Vanessa Almeida das Neves  
brasileiro(a), solteira, — / /, portador do RG nº  
4.201.591 expedido por 29-10-2013 e do CPF nº  
—, residente na(o) Sítio cordão  
Data de Nascimento: 14/11/2004, município de  
Pedra Lavrada - PB pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e  
constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.220**,  
brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas localizado  
na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere  
poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo  
Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar  
primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,  
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como  
substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 16 de Maio de 2014.

Vanessa Almeida das Neves  
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro  
Picuí - PB  
CEP. 58.187.000  
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br  
nilotdantas@hotmail.com  
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.201.591 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/10/2013

NOME VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

FILIAÇÃO JOSÉ ALEANDRO DAS NEVES MARIA DAS NEVES DA SILVA

NATURALIDADE PEDRA LAVRADA-PB

DOC ORIGEM NASC.N. 5574 ELS. 199V LIV.A-07

CARTÓRIO PEDRA LAVRADA-PB

CPF

DATA DE NASCIMENTO 14/11/2004

ASSINATURA

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

17

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

P-104

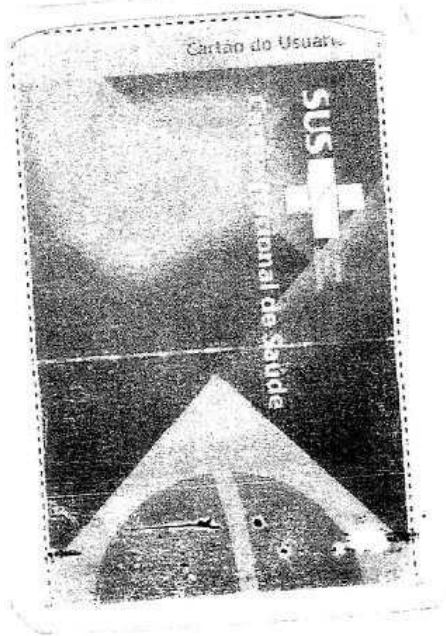
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

14/11/2004



Sistema Único de Saúde

VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

Data Nasc.: 14/11/2004

Sexo: F

898 0040 4441 2636

898 0040 4441 2636

SUS

Sistema Único de Saúde

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.844.128 - 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 02/03/2011

NOME MARIA DAS NEVES DA SILVA

FILIAÇÃO SEVERINO EDUARDO DE SOUZA MARIA CECERA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

AREIA-PB 25/12/1983

DOC ORIGEM CASAM N.4642 FLS.122F LIV.B 15

CARTORIO PICUI PB

CPF 057.048.284-42

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA P.104

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

18

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VANESSA  
ALEXANDRA



JOSE ALEANDRO DAS NEVES  
SIT CORDEIRO, S/N - AREA RURAL  
PEDRA LAVRADA / PB CEP: 56180000 (AG: 80)

Classe/Subclasse: RURAL / AGROPECUARIA RURAL MONOFASICO  
Roteiro: 14 - 83 - 725 - 1086 Referência: Abr/2014  
Nº medidor: 00608124536 Emissão: 24/04/2014

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA  
B-230, Km 25 - Cisão Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.026.185/0001-40 - Insc Est 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº001 018 354  
Código para Débito Automático: 00013972187

821e5e44 1eacbbe6 564b125c 632fca01

5/1397218-7

Abr/2014

- O início do sistema de bandeira tarifária foi adiado para o ano de 2015. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de ABRIL, vigorava a BANDEIRA VERMELHA, a qual implicava R\$60/kWh 0,030 de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

24/04/2014

23/05/2014

3812532489

Data	Leitura	Data	Leitura			
25/03/14	3589	24/04/14	3755	1	86	30
01/04/2014	21,13					
Descrição						
Consumo em kWh				Quantidade	Preço	Valor (R\$)
				86	0,19550	16,89
IMPOSTOS E ENCARGOS						
PIS						0,16
COFINS						0,74
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA						9,23
ICMS (ISENTO)						

Mar/14	91
Fev/14	73
Jan/14	76
Dez/13	85
Nov/13	85
Out/13	70
Set/13	74
Ago/13	80
Jul/13	77
Jun/13	83
Mai/13	82
Abr/13	81

Média dos últimos meses:  
76 kWh

02/05/2014

R\$ 21,02

2/2014 - Pedro Lavada

DIC MENSAL	11,70
DIC TRIMESTRAL	23,49
DIC ANUAL	48,85
FIC MENSAL	7,60
FIC TRIMESTRAL	15,13
FIC ANUAL	30,23
OMIC	8,49
DICRI	16,50

0,00

NOMINAL

220

0,00

CONTRATADA

201

0,00

LIMITE INFERIOR

231

LIMITE SUPERIOR

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	9,26	39,30
Carga de Energia	7,11	33,92
Serviço de Transferência	0,61	2,43
Encargos Setoriais	1,01	4,80
Impostos Diretos e Encargos	4,13	19,85
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	21,02	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição  
(Ref 2/2014) R\$ 9,32

REATIVO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 09/05/2014. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou os contos pagos não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada com desconto, conforme Decreto nº 7.891, de R\$ 9,29.

PARAIBA

Roteiro 14 - 83 - 725 - 1086  
Matrícula: 1397218-2014-04-B

02/05/2014

R\$ 21,02

33570000000-0 21020054000-B 13972182014-6 04800830019-5



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 25/04/2019 09:40:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904250941430000000020219107>

Número do documento: 1904250941430000000020219107

20  
m

**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Vanessa Alexandra dos Neves  
brasileiro(a), Salteira, \_\_\_\_\_, portador do  
RG nº 4.201.592 expedido por SSP/PB e do CPF nº  
\_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ na(o)  
\_\_\_\_\_, município  
de Padre Bernardo - PB - **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115  
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas  
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me  
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Diuit - 16 de maio de 2014.

Vanessa Alexandra dos Neves  
**DECLARANTE**

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel/Hélito Beltrão



ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL-PICUI/PB  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRA LAVRADA /PB  
Rua Cirilo Cordeiro, 79, centro – Pedra Lavrada/PB



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. Nº 071/2014**

**DATA DO FATO: 08/05 /2014**

**HORA DO FATO: 12hs.**

**LOCAL DO FATO: Sítio Cordeiro, , zona rural, Pedra Lavrada /PB.**

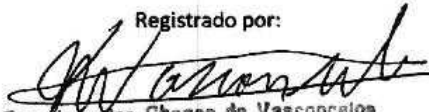
**VÍTIMAS : JOSÉ ALEANDRO DAS NEVES e VANESKA ALEANDRA DAS NEVES.**

**COMUNICANTE: NOME: JOSÉ ALEANDRO DAS NEVES**, brasileiro, casado, agricultor, com 33 anos de idade, nascido no dia 04/04/1981, filho de Alcino Antonio das Neves e de Maria José da Silva Neves, residente no Cordeiro, zona rural, Pedra Lavrada/PB, portador da cédula de identidade nº 2457540, SSP/PB, CPF 036.125.324-99.

**HISTÓRICO:** Que no dia 08 de corrente mês e ano , aproximadamente às 12hs. saiu de sua casa com destino a sua residência de um vizinho, trafegando por uma estrada vicinal, conduzindo o veículo marca modelo Honda CG 150 ES, ano 2006, cor vermelha, placa MNM7677/PB, chassi 9C2JC08506R849350, licenciada no DETRAN em nome DE JOSÉ LUIZ DE FRANÇA, CPF 18138977434, transportando consigo a sua filha VANESKA ALEANDRA DAS NEVES, brasileira, solteira, com 9 anos de idade, nascida no dia 14/11/2004, filha de José Aleandro das Neves e de Maria das Neves da Silva, e logo após alguns metros de sua casa, mas precisamente em uma curva fechada, foi surpreendido por uma outra moto que vinha em alta velocidade e na ocasião colidiu com o comunicante; Que em consequência da colisão o comunicante ficou desacordado por alguns instantes e quando voltou a si, ao ver a sua filha bastante ferida no meio da estrada ficou totalmente desesperado; que devido o acidente o comunicante sofreu fratura no dedo medinho da mão direita, enquanto que a sua filha VANESKA sofreu fratura exposta na tibia da perna direita; Que ambos foram socorrido por uma ambulância do SAMU para o hospital de emergência e Trauma da cidade de Campina Grande/PB, onde o comunicante recebeu atendimento médico necessário e a sua filha foi submetido a várias cirurgias, inclusive permanecendo internada por mais de seis dias. Testemunhas: SEBASTIÃO XAVIER, residente no sítio Cordeiro, Pedra Lavrada, e JOSÉ XAVIER DOS SANTOS, residente no Sítio Cordeiro, zona rural, Pedra Lavrada. Nada mais havendo a constar dei por encerrado o presente registro, que segue devidamente assinado pela noticiante e por mim, Escrivão que o registrei e digitei.

Pedra Lavrada/PB, 20 de maio de 2014.

COMUNICANTE: *José Aleandro das Neves.*

Registrado por:  
  
Francisco das Chagas de Vasconcelos  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA



22

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

DIRTAM - PB 20060000146043680792555  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1 890232610 2006

JOSE LUIZ DE FRANCA  
AVENIDA CARNEIRO DA CUNHA 1201  
TORRE  
58040243 JOAO PESSOA - PB

18138977434 MNM7677/PB

NOVO PB 9C2KC88506R849350

HONDA/CG 150 TITAN ES 2006 2006

2 P/149 /CI PARTIC VERMELHA

IPVA PAGO EM 27/07/2006 \*\*/\*\*/\*\*

V PAIXA IPVA PORCELA METRO / COTAS \*\*/\*\*/\*\*

\*\*\*\*\* \*\*/\*\*/\*\*

PREMIO LIQUIDADO ISOF PREMIO TOTAL R\$ DATA DE PAGAMENTO

\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 27/07/2006

A.F BCO. ABN AMRO REAL S.A

IAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

JOAO PESSOA 07/08/2006

32280 AURELIANO D LEITE 40631







*Estado da Paraíba*  
*Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada*  
*Secretaria Municipal de Saúde*



23  
20



**SAMU**  
**192**

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 – PEDRA LAVRADA

DECLARAÇÃO - nº 07/14

Declaramos, para os devidos fins de direito, que no dia 08 de maio de 2014, o SAMU -192 de Pedra Lavrada, prestou atendimento pré-hospitalar à paciente, VanesKa Aleandra das Neves, 09 anos, residente no Sítio Cordeiro no município de Pedra Lavrada - PB, portadora da cédula de identidade nº 4201591, a mesma foi vítima de acidente de moto. Após avaliação foi regulada e encaminhada para Hospital de Trauma de Campina Grande - PB.

Pedra Lavrada, 03 de junho de 2014.

**Andréa de Paiva Sousa**

**Andréa de Paiva**  
Coordenadora do Samu  
Pedra Lavrada - PB  
COREN-PB 315.800

Enfermeira Coordenadora do SAMU 192 – Pedra Lavrada – PB

Rua: Heronides Meira de Vasconcelos, 20 – PB Tel.: 3375-4028 / 4076; Fax:3375-4076

E-mail: [sms.pvd@saude.pb.gov.br](mailto:sms.pvd@saude.pb.gov.br)





**SUS** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
**FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

**ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO**  
CÓDIGO DA UNIDADE: 0023071 CNPJ/CPF: 06.778.268/0001-50  
NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS  
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAIBA UF: 25  
PRONTUÁRIO Nº: 1107850

**PACIENTE:**  
NOME: VANESKA ALEZNDRA DAS NEVES SEXO: FEMININO IDADE: 9.5  
PROFISSÃO: (N) DOCUMENTO: SÍTIO CORDEIRO  
END.: PEDRA LAVRADA BAIRRO: ZONA RURAL  
MUNICÍPIO: PEDRA LAVRADA ESTADO: PB CEP: 55110  
DATA ATENDIMENTO: 08/05/2014 15:01h CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 251110  
RAÇA / COR: CTA: NASCIMENTO: 14/11/2004 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO  
( ) 1 - BRANCA ( ) 2 - PRETA ( ) 3 - PARDAS  
( ) 4 - AMARELA ( ) 5 - INDÍGENA ( ) 99 - SEM INFORMAÇÃO

**ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:**  
*Presente vítima de acidente de moto, em companhia de seu pai, apresentando lesões em membros inferiores*

**EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:** TIPOS: *Exames físicos, limitados*  
RESULTADOS:

**MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS**  
1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
3. \_\_\_\_\_  
4. \_\_\_\_\_  
5. \_\_\_\_\_

**DIAGNÓSTICO / CID:**

**NATUREZA DA CONSULTA:**  
CONSULTA BÁSICA (PAB):  
CONSULTA ESPECIALIZADA:

**PROCEDIMENTO:**  
*Personagem Antropométrica*

**TIPO DE ATENDIMENTO**  
☐ 01 - URGÊNCIA;  
☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS

**MEDICAÇÃO**  
☐ 1. PRESCRITA  
☐ 2. APLICADA

**ENCAMINHAMENTO**  
☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO  
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

**SERVIÇOS REALIZADOS:**  
CÓDIGO / PROCEDIMENTO CBO ICAD

**ASS. DO(S) PROFISSIONAL(AS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)**  
**ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE RESPONSÁVEL** OU POLEGAR DIREITO  
**ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)** **ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO**



22/3

08/05/14 Ortopedia

16:06 Acidente de  
trato + fratura  
na perna D.  
OP? ferimento  $\approx$  2 cm  
na lateral do tornoz.  
(sangue e gordura!)  
na bítula ok.

OP? fratura de  $\frac{1}{3}$   
bítula de bítula D.

OP? fratura exposta  
dos ossos de perna  
OP? do bloco unguem

Dr. Irineu Amaral  
CRM 10.171/1993  
R. 100, 100, 100, 100, 100



Ficha de Acolhimento

Nome:	Janetka Afreanilha da Neves.		
End.:	Sítio Cocotreiro	Bairro:	Pedra Bonrada
Data de Nascimento:	14/11/109	Documento de Identificação:	
Queixa:	dores no peito	Data do Atend.:	08/05/14 Hora: 1500 Documento:

Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fácies de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

MOD. 110

Estratificação

- ( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



## Diagnóstico

Fa aumento de fibra D

**Folha de Tratamento e Evolução**

Paciente)	Vamos lá	Adequado	do	Níveis	Alojamento)	9	Leito)	1	Convênio)
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica						
13/5/14	1) auto medicação 2) 30 c.c. SPOC + SFO-9; 300 mg EV em 24h 3) Dipiridamol 0,5 g + 100 mg AD, 6x EV 8/12h 4) Dipiridamol 0,5 ml + 100 mg AD, 6x EV 8/12h 5) Encefalograma 30 seg EV 18/12h 6) SSVH + CCG 7) Calceos como com gaseira	18 20 22 24 26 28 30 32 34 36 38 40 42 44 46 48 50 52 54 56 58 60 62 64 66 68 70 72 74 76 78 80 82 84 86 88 90 92 94 96 98 100	Mecanismo de ação - m. uterina queima Sintomas clínicos Exame neurológico não alterado col. Razo - X. por colúmbia do osso em para D.						



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
13.5.12	8:00	36°C	96	20				
	9:40						Paciente agitado, desorientado, sudoroso, iracundo. Sinais estáveis, medicação em.	
							Sintomas de Abuso de Substâncias COEN-SC	
13/05/14	20h	36,0°C					Paciente em estado agido regular, sinais vital segue aos avulsos,	
14.5.14	06:00	36,9°C						
							Atendimento Colégio M. J. ENFERMEIRA COEN-PB 360.347	



## Evolução Psicológica

Nome: Vanessa Alexandra Neves

Setor: Pediatria

Leito: 9-1

[illegible]

MOD. 100



# Diagnóstico

Exatidão de testes D

## Folha de Tratamento e Evolução

Paciente)	Veneranda Alencar dos Anjos			Alojamento)	9	Leito)	3	Convênio)	
Data	Prescrição Médica	Horário				Evolução Médica			
11/05/14	(1) Dieta líquida, VO. (2) 56.5% Sorocl → EV, 24h SFO 3%, 500ml (3) Clotapilina, 0.1g + 100ml AD, 100ml Soro, EV, 2/8h (4) Difeno, 0.1ml + 100ml AD, 100ml EV, 2/8h (5) Amoxicilina, 200mg, EV, 2x/dia (6) SSV + Clotapilina	14	18	22	06	Paciente evoluiu satisfatoriamente, sem intercorrências clínicas. Segue em cuidados médicos e de enfermagem. Cl: VPM.			
						Dr. Bruno Brilhante Cirurgião de Mão e Jato CRM 6495, TEOT 10518			
						Dr. Bruno Brilhante Cirurgião de Mão e Jato CRM 6495, TEOT 10518			





## Diagnóstico

Exposição de risco D

## Folha de Tratamento e Evolução



Paciente)	Alojamento)	Leito)	Convênio)
Vanessa Almeida dos Santos	9	3	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/05/14	1) Sonda Nasal, VP.		
	2) S6 S2, 500mg EV, 24h.	1.F	
	SE 0.9%, 500mg	2.F. 06	
	3) Clonazepam, 0.5mg + 100ml AD, 1mg/8h		
	EV, 2x/8h	14 22 06	
	4) Clonazepam, 0.5mg + 100ml AD, 1mg/8h		
	EV, 2x/8h	12 18 24 06	
	5) Ondansetron, 4mg EV, 2x/dia.	06	
	6) SS.VY + 100ml	Comple	
	Curativo + Troca de Curativo		
	Deixado		
	Deo Mural Inf 5/8h		
		14 22 06	

## Diagnóstico

**Diagnostico**  
Ex. expansiva de tálamo D.

**Folha de Tratamento e Evolução**[illegible]

33/38

 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b> SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes					<b>REQUISIÇÃO DE EXAMES</b>										
NOME: <i>Vanessa Alexsandra dos Santos</i>					PRONTUÁRIO: <i>218</i>										
IDADE:		SEXO: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		COR: B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>		PESO:		ALTURA:		CLÍNICA:		ENF.:		LEITO:	
DADOS CLÍNICOS: <i>Trauma em tornozelo direito</i>															
MATERIAL A EXAMINAR: <i>Tornozelo direito</i>															
EXAMES SOLICITADOS: <i>P Tornozelo Direito</i>															
URGÊNCIA <input type="checkbox"/>				ROTINA <input type="checkbox"/>				<div style="text-align: center;">   <b>Francisco C. Catão</b>          CRM 2559          RG. 11.085          Carimbo e Assinatura do Médico       </div>							
DATA: <i>1/1/</i>				HORA DA SOLICITAÇÃO?											

Mod. 002





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

REQUISIÇÃO DE EXAMES

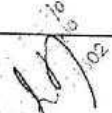
NOME:	Vivianka Mendes										PRONTUÁRIO:	
IDADE:	SEXO:	COR:		PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF:	LEITO:				
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>										

DADOS CLÍNICOS:

ex puma + TM @ qip

MATERIAL A EXAMINAR:

EXAMES SOLICITADOS:

URGÊNCIA <input type="checkbox"/>	ROTINA <input type="checkbox"/>	 Carimbo e Assinatura do Médico
DATA: / /	HORA DA SOLICITAÇÃO?	

Mod. 002



## Diagnóstico

F6 at poste di Silvio

**Folha de Tratamento e Evolução**[illegible]



Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

2 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

4 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

LANGSKA A. NOVOA

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

222758

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

19/11/04

9 - SEXO

Masc. ☐

Fem. ☒

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

DDD

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Sítio Cordeiros

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

BOA LACRADA

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

UF

19 - CEP

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Acidente de trânsito +  
fratura de perna D.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

fto art.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

rx

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

fratura exposta de fêmur D.

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

fto art. de fratura exposta

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DE INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

35 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

34 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBOR

35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADOR

( ) EMPREGADO

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

45 - DOCUMENTO

( ) CNS

( ) CPF

46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

MCD. 009



## Diagnóstico

fx exports de Ohio D

**Folha de Tratamento e Evolução**

Paciente)	Variação	Alimentação)	Leito)	Convênio)
12/05/14	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica	
1) 0,5cc N/4 UD			Paciente sem tosse, sem espirros.	
2) 50 S + 500 ml + 500 ml EV sem 24h			Frequente urticária.	
3) Clonazepam 0,5g + 10ml AD, 8ml EV 2/3h			Exame neurológico normal.	
4) Amoxiclav 500 + 125ml AD, 8ml EV 6/8h				
5) Gentamicina 20mg EV 12/24h				
6) 500cc + CCCC				





Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
12/05/14	08:00							
12-05-14	12 h	35	80	20.			Paciente evolui em EGR, nupríco, hidratado, afévil, acianótico. Acito dieto. Diurese @ e urina não @. Segue aos cuidados.	
							Lúcia Shêrley Braz de Araújo ENFERMEIRA COREN 201569	
12-05-14	19:00	36.0°C						
	22h30						Paciente evolui afévil, eupneico, acito dieto, eliminação normal, mapas - 8 n	



34

NOME: Janerka A. dos Neves  
 IDADE: 9 anos SEXO: M ☐ F ☒ DATA DE ATENDIMENTO: 11/05/14 às 09:00 h:55  
 SETOR: Pediatria LEITO: 9-3  
 DIAGNÓSTICO MÉDICO: Fratura exposta do fêmur  
 HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

MEDICAÇÃO CONTÍNUA: SIM ☒ NÃO ☐ QUAIS: cefazolina / dipirona / omeprazol  
 PRESENÇA DE ESCARA: SIM ☐ NÃO ☒ LOCAL:  
 PRESENÇA DE ÚLCERA: SIM ☐ NÃO ☒ GRAU:  
 ALERGIAS: SIM ☐ NÃO ☒ QUAIS:  
 PRESSÃO ARTERIAL: HIPOTENSO ☐ NORMOTENSO ☐ HIPERTENSO ☐  
 SIST. NEUROLÓGICO: CONSCIENTE ☒ INCONSCIENTE ☐ ORIENTADO ☒  
 SIST. RESPIRATÓRIO: DISPNEICO ☐ TAQUIPNEICO ☐ EUPNEICO ☒ BRADIPNEICO ☐  
 SIST. GENITOURINÁRIO: NORMAL ☒ POLIÚRIA ☐ OLIGÚRIA ☐ SVD ☐  
 (DIURESE) DISÚRIA ☐ CISTOSTOMIA ☐ ANÚRIA ☐  
 MOBILIDADE: DEÂMBULA ☐ DEÂMBULA C/ APOIO ☐ ACAMADO ☒ S/DI FICT MOTOR ☐  
 TETRAPLEGIA ☐ HEMIPLEGIA ☐ PARESIA ☐ RESTRITO NO LITO ☐  
 SIST. GASTROINTESTINAL: VO ☒ SNG ☐ SNE ☐  
 (A) ADO NUTRICIONAL: NUTRIDO ☒ DESNUTRIDO ☐ OBESO ☐ CAQUETICO ☐  
 DADOS VITAIS: PA: T: FR: FC: PI-SO:

**DIAGNÓSTICO DE INFECÇÃO**

☐ RISCO DE QUEDA CD/FR:  
☐ RISCO DE ASPIRAÇÃO CD/FR:  
☒ RISCO DE INFECÇÃO CD/FR:  
☒ RISCO DE DESEQUILÍBRIO DA TEMPERATURA CORPORAL CD/FR:  
☐ RISCO DE GLICEMIA INSTÁVEL CD/FR:  
☐ RISCO DE SANGRAMENTO CD/FR:  
☐ DÉBITO CARDÍACO DIMINUIDO CD/FR:  
☐ RESPOSTA DISFUNCIONAL AO DESMAME VENTILATÓRIO CD/FR:  
☐ VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA PREJUDICADA CD/FR:  
☐ ADRÃO RESPIRATÓRIO INEFICAZ CD/FR:  
☒ MOBILIDADE NO LEITO PREJUDICADA CD/FR:  
☐ INTEGRIDADE DA PELE PREJUDICADA ☐ RISCO PARA INT. PELE PREJ. CD/FR:  
☐ RISCO DE TRAUMA VASCULAR CD/FR:  
☐ CD/FR:  
☐ CD/FR:  
☐ CD/FR:  
☐ CD/FR:

CD: CARACTERÍSTICA DEFINIDORA  
 FR: FATOR RELACIONADO

ASSINATURA DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL

**PRESCRIÇÃO DA ENFERMAGEM**

PRESCRIÇÃO DA ENFERMAGEM	AFRAZAMENTO	ASSINATURA
<input checked="" type="checkbox"/> REGISTRAR SINAIS VITAIS	12/12h	X
<input type="checkbox"/> REALIZAR BALANÇO HÍDRICO		
<input type="checkbox"/> REALIZAR CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR DURANTE A PERMANÊNCIA DO PACIENTE NA ÁREA VERMELHA		
<input checked="" type="checkbox"/> REALIZAR TROCA DE CURATIVO, COM TÉCNICA ASSÉPTICA SE HOUVER SUJIDADE	diário	B
<input type="checkbox"/> MONITORAR SINAIS E SINTOMAS DE SINAIS FLOGÍSTICOS EM INCISÕES E EM LOCAIS DE INSERÇÕES DE DRENOS, SONDAS E CATETERES		
<input type="checkbox"/> AVALIAR COR, TEMPERATURA E UMIDADE DA PELE		
<input type="checkbox"/> VERIFICAR PRESENÇA DE SANGRAMENTOS		
<input type="checkbox"/> PROPORCIONAR ALINHAMENTO DO CORPO DO PACIENTE		
<input type="checkbox"/> REALIZAR MUDANÇA DE DECÚBITO A CADA DUAS HORAS		
<input type="checkbox"/> INSTALAR CATETER DE O2 A 2L/MIN OU CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA		



40/2

NOME: Wagner A. dos Santos  
 IDADE: 9 anos SEXO: M ☐ F ☒ DATA DE ATENDIMENTO: 10/05/14 às 15:40 h  
 SETOR: Pediatria LEITO: 9-1  
 DIAGNÓSTICO MÉDICO: Fratura exposta do fêmur  
 HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

MEDICAÇÃO CONTÍNUA: SIM ☐ NÃO ☒ QUAIS: cefazolina, ampicilina  
 PRESENÇA DE ESCARA: SIM ☐ NÃO ☒ LOCAL:  
 PRESENÇA DE ÚLCERA: SIM ☐ NÃO ☒ GRAU:  
 ALERGIAS: SIM ☐ NÃO ☒ QUAIS:  
 PRESSÃO ARTERIAL: HIPOTENSO ☐ NORMOTENSO ☒ HIPERTENSO ☐  
 SIST. NEUROLÓGICO: CONSCIENTE ☒ INCONSCIENTE ☐ ORIENTADO ☒  
 SIST. RESPIRATÓRIO: DISPNEICO ☐ TAQUIPNEICO ☐ EUPNEICO ☒ BRADIPNEICO ☐  
 SIST. GENITOURINÁRIO: NORMAL ☒ POLIÚRIA ☐ OLIGÚRIA ☐ SVD ☐  
 (DIURESE) DISÚRIA ☐ CISTOSTOMIA ☐ ANÚRIA ☐  
 MOBILIDADE: DEAMBULA ☒ DEAMBULA C/ APOIO ☐ ACAMADO ☒ S/ DEFICIÊNCIA MOTORA ☐  
 TETRAPLEGIA ☐ HEMIPLEGIA ☐ PARESIA ☐ RESTRIÇÃO NO LEITO ☐  
 SIST. GASTROINTESTINAL: VO ☒ SNG ☐ SNE ☐  
 ESTADO NUTRICIONAL: NUTRIDO ☒ DESNUTRIDO ☐ OBESO ☐ CAQUÉTICO ☐  
 DADOS VITAIS: PA: 100x60 T: 36.3°C FR: FC: PESO:

**DIAGNÓSTICO DA ENFERMAGEM**

<input type="checkbox"/> RISCO DE Queda	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RISCO DE ASPIRAÇÃO	CD/FR:
<input checked="" type="checkbox"/> RISCO DE INFECÇÃO	CD/FR: <u>Rel ao tempo e procedimento</u>
<input type="checkbox"/> RISCO DE DESEQUILÍBRIO DA TEMPERATURA CORPORAL	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RISCO DE GLICEMIA INSTÁVEL	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RISCO DE SANGRAMENTO	CD/FR:
<input type="checkbox"/> DÉBITO CARDÍACO DIMINUÍDO	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RESPOSTA DISFUNCIONAL AO DESMAME VENTILATÓRIO	CD/FR:
<input type="checkbox"/> VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA PREJUDICADA	CD/FR:
<input type="checkbox"/> CADRÃO RESPIRATÓRIO INEFICAZ	CD/FR:
<input checked="" type="checkbox"/> MOBILIDADE NO LEITO PREJUDICADA	CD/FR:
<input type="checkbox"/> INTEGRIDADE DA PELE PREJUDICADA	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RISCO PARA INT. PELE PREJ.	CD/FR:
<input type="checkbox"/> RISCO DE TRAUMA VASCULAR	CD/FR:
	CD/FR:
	CD/FR:
	CD/FR:
	CD/FR:

ASSINATURA DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL

CD: CARACTERÍSTICA DEFINIDORA  
 FR: FATOR RELACIONADO

**PRESCRIÇÃO DA ENFERMAGEM**

APRAZAMENTO

ASSINATURA

<input checked="" type="checkbox"/> REGISTRAR SINAIS VITAIS	6/6 horas	
<input type="checkbox"/> REALIZAR BALANÇO HÍDRICO		
<input type="checkbox"/> REALIZAR CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR DURANTE A PERMANÊNCIA DO PACIENTE NA ÁREA VERMELHA		
<input type="checkbox"/> REALIZAR TROCA DE CURATIVO, COM TÉCNICA ASSÉPTICA SE HOUVER SUJIDADE		
<input checked="" type="checkbox"/> MONITORAR SINAIS E SINTOMAS DE SINAIS FLOGÍSTICOS EM INCISÕES E EM LOCAIS DE INSERÇÕES DE DRENOS, SONDAS E CATETERES	12/12h	
<input checked="" type="checkbox"/> AVALIAR COR, TEMPERATURA E UMIDADE DA PELE	6/6 horas	
<input type="checkbox"/> VERIFICAR PRESENÇA DE SANGRAMENTOS		
<input type="checkbox"/> PROPORCIONAR ALINHAMENTO DO CORPO DO PACIENTE		
<input type="checkbox"/> REALIZAR MUDANÇA DE DECÚBITO A CADA DUAS HORAS		
<input type="checkbox"/> INSTALAR CATETER DE O <sub>2</sub> A 2L/MIN OU CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA		













GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

44/20

Nome do Paciente <u>Voniska Mendes</u>		Nº Prontuário	
Data da Operação <u>8 5 14</u>	Enf.	Leito	
Operador <u>Dr. Edilson</u>	1º Auxiliar <u>Dr. André</u>		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <u>pe exposta tibia (B)</u>			
Tipo de Operação <u>limp. cirúrgico</u>			
Diagnóstico Pós-Operatório <u>(B) mesmo</u>			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
<u>Pete DMH ph. ovarioma.</u>
<u>Gravidez 11w.</u>
<u>Uma pna + duas pna 10/15.</u>
<u>Exame pré-operatório.</u>
<u>Incisão por cicatrizes anteriores para o B.</u>
<u>Ligadura + Dissecção da tte. simétrica.</u>
<u>Exatidão da dissecção sp. 9. (Bts).</u>
<u>Sutura + curativo.</u>
<u>Boa evolução.</u>
<u>* Não há necessidade de fixação + monitorização.</u>
<u>* Presença de possibilidade de tto em impl. de 1º e 2º grau.</u>

Mod. 018







**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes**

## Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica

Paciente: <u>Vanessa Alexandra dos Reis</u>	Idade: <u>7 anos</u>
Convênio: <u>SUS</u>	Data: <u>00/03/14</u>
Procedimento: <u>tratamento cirúrgico da fratura de tibia (D)</u>	
Cirurgião: <u>Dr. (Thiago) Euclimian</u>	Auxiliar: _____
Início: <u>10:15</u>	Anestesista: <u>Dr. Thiago Augusto</u>
Término: <u>10:45</u>	Anestesia: <u>Ragum</u>

[illegible][illegible]

**Observações:**

Assinatura Anestesista

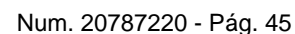
Circulante

### Relatório de Operação

MOD. 103



46/23

MOD. 066

4x/2

MOD. 089

## Diagnóstico



F2 exporta de firma D

**Folha de Tratamento e Evolução**

Paciente)	Vamosa Alagados dos Reis	Alojamento)	9	Leito)	1	Convênio)
<b>Data</b>	<b>Prescrição Médica</b>	<b>Horário</b>	<b>Evolução Médica</b>			
14/15/14	1) Dieta Nível VD 2) SC 57.500 ml + SC 0,9% SGLT EV em JNV 3) Cateterismo Olig + 10ml AP, taxa 8ml EV 213h 4) Diálise CR + 10ml AP taxa 2ml EV 616h 5) Cateterismo 20mg EV 1216h 6) SSW + CEGe					Paciente encaminhado ao serviço de quimio. em avaliação médica e de enfermagem sa: <i>[Assinatura]</i>
	<i>[Assinatura]</i>					<i>[Assinatura]</i>



49/23

 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b>		<b>SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO</b> Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes		<b>REQUISIÇÃO DE EXAMES</b>	
<b>NOME:</b> DAYVISON ANDRADE DA SILVA		<b>PRONTUÁRIO:</b> 5124			
<b>IDADE:</b> 20	<b>SEXO:</b> M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	<b>COR:</b> B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>	<b>PESO:</b>	<b>ALTURA:</b>	<b>CLÍNICA:</b> 101
		<b>ENE:</b> 7	<b>LEIT:</b> 2		
<b>DADOS CLÍNICOS:</b> endotórax					
<b>MATERIAL A EXAMINAR:</b> sangue					
<b>EXAMES SOLICITADOS:</b> urina creatinina					
<b>URGÊNCIA</b> <input checked="" type="checkbox"/>		<b>ROTINA</b> <input type="checkbox"/>		 Carimbo e Assinatura do Médico	
<b>DATA:</b> 06/05/19		<b>HORA DA SOLICITAÇÃO?</b>			

Mod. 002



5/3

21/5/14

- 1) 200g 20ml AD
- 2) 50g 500ml - 50g 20g in 500ml EV um 20h
- 3) 100g 20g + 10ml AD, 10g 80ml EV 21h
- 4) 100g 20g + 10ml AD, 10g 80ml EV 21h
- 5) 100g 20g + 10ml AD, 10g 80ml EV 21h
- 6) 100g + 10ml AD

DR. SCHUMACHER  
Office: 1000  
Chicago, Ill. 60606  
GRM 10-25





GOVERNO  
DA PARAÍBA



SUS  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

## CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: VANESKA ALEXANDRA DAS NEVES

DATA DO ATENDIMENTO: 08 / 05 / 14

N.º PRONTUÁRIO: FICHA:

DIAGNÓSTICO: FX ENCISTA DE TÍBIA DIREITA

PROCEDIMENTO: TRATAMENTO CIRÚRGICO

MEDICO (CARIMBO): DR. ELDIMAR

DATA RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNO	SALA
Agendar retorno com exames no Hospital			
Paciente			
24/5/2014	Ortop	MA	701







Estado da Paraíba  
Município de Pedra Lavrada  
Secretaria Municipal de Saúde  
CNPJ: 08.932.293.0001/57

END.: RUA: HERONIDES MEIRA DE VASCONCELOS, 20 - CENTRO  
CEP: 58.180-000; PEDRA LAVRADA - PB



FICHA DE ENCAMINHAMENTO

Hospital Urgente!

UNIDADE DE SAÚDE: Dira de Aguiar Melo  
NOME DO PACIENTE: Jose A. de Menezes  
CNS: \_\_\_\_\_ D.N.: \_\_\_\_\_  
DOCUMENTO Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M  
ENDEREÇO: St. Cordeiro  
CIDADE: Pedra Lavrada CEP: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

H.D.A.:

Acidente de trânsito há ± 20 min com  
traumas na cabeça e no braço (l).

EXAMES REALIZADOS: Físico (+) dor e inflamação em  
mão e braço, pulso direito com limitação  
funcional

CONDUTA:

Plantão. Avaliar  
H.D. trauma MSD - descartar fratura  
Agora: 12:20 PM

Milagros Cardena Lopez  
Médica  
RMS: 2500008  
Programa Mais Médicos

PEDRA LAVRADA, 08/05/2014

Carimbo e Assinatura do Médico





Estado da Paraíba  
Município de Pedra Lavrada  
Secretaria Municipal de Saúde  
CNPJ: 08.932.293.0001/57

END.: RUA: HERONIDES MEIRA DE VASCONCELOS, 20 - CENTRO  
CEP: 58.180-000; PEDRA LAVRADA - PB



23/8

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

Hospital  
Urgente!

UNIDADE DE SAÚDE: Dina Alexandra

NOME DO PACIENTE: Vanessa das Neves

CNS: \_\_\_\_\_ D.N.: 14/11/2004

DOCUMENTO Nº \_\_\_\_\_ SEXO: F

ENDEREÇO: St. Cordeiros

CIDADE: Pedra Lavrada CEP.: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

09 anos

H.D.A.: \_\_\_\_\_

Acidente de trânsito (moto) há ± 30 min  
e machucou M.I.D. com ferida.

EXAMES REALIZADOS: Físico (+) M.I.D. Fratura, em 1/3 superior  
perna (interna) com deslocamento ósseo, 03 pequenas  
feridas circulares com Haibo Sangue, pele  
com queimaduras e roçamento em toda a perna

CONDUTA: Compressa Gaze Compressiva em feridas,  
e imobilização mecânica em pontos anatómicos  
(Amo. Regas n.º 1) e enucleação soro fisiológico  
(0,9%) 230 ml.  
Enviar avaliar SAMU - 12h PM.

PEDRA LAVRADA, 08/05/14

Milagros Cardena Lopez  
Médica  
RMS: 2500000  
Programa Mais Médicos

Carimbo e Assinatura do Médico





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes**

### ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): Vanessa Alexandra

do Nascimento PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A  
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. \_\_\_\_\_ NO CID. DURANTE

O PERÍODO DE 08 / 05 / 14 À 14 / 05 / 14 NECESSITANDO DE

60 DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande, 14 / 5 / 14

Ass. do Médico - Nº. do CRM

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o

Dr., \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico

codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060



## SINISTRO 3160191020 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** ARUANA SEGUROS S/A

**BENEFICIÁRIO** VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

**CPF/CNPJ:** 05704828442

**Posição em 19-09-2016 17:54:53**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vitima	Não Conforme	



56/3

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 29/03/2017 11 horas 21 minutos

Processo: 0002836-56.2016.015.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



RECEBIDO  
Recebido em 05/04/2014  
Pela: 05 04 2014

CSHASCIM MV  
Assessoria / Conselho Judiciário

CONCLUSÃO  
Conclusão em 05/04/2014  
Pela: 05 04 2014

CSHASCIM MV  
Assessoria Judiciária / Conselho Judiciário







PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

57

*[Assinatura]*

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
Juiz de Direito

**2070**  
Recebido nesta data em Cartório.  
Picuí, 08/04/19  
*[Assinatura]*  
Procurador / Tabelião Judicial





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI**

---

**VARA ÚNICA DE PICUI**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0002836-56.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002836-56.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 21 de agosto de 2019.

**ELIELTON ALVES DA SILVA**  
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ - VARA ÚNICA**

---

**VARA ÚNICA DE PICUÍ**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ - TJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0002836-56.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VANESKA ALEANDRA DAS NEVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, em 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito.

Picuí/PB, 9 de fevereiro de 2020.

CAROLINA CORREIA DE MELO SABINO  
Técnico Judiciário



Segue petição em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.**

**PROCESSO Nº. 0002836-56.2016.815.0271**

**VANESKA ALEANDRA DAS NEVES**, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, que tendo em vista **a sua situação de ESTUDANTE E BENEFICIÁRIA DO BOLSA FAMÍLIA (PROGRAMA SOCIAL PARA PESSOA DE BAIXA RENDA)** e ante ao fato de não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, o requerente **REQUER, que lhe seja concedido os beneplácitos da Gratuidade Judiciária ou que lhe seja concedida uma redução no percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.**

Ademais, o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. E Já fora decidido pelo Egrégio STJ que a Gratuidade Judiciária pode ser requerida a qualquer momento do processo, A concessão da assistência judiciária gratuita pode ocorrer a qualquer momento do processo, com efeitos não retroativos, razão pela qual com base no decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº. 904.289 – MS, o autor requer a reapreciação do pedido de gratuidade judiciária de forma parcial, segue abaixo a respeitável decisão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CONCESSÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EFEITOS EX NUNC. 1. **O pedido de concessão da assistência judiciária pode ser formulado em qualquer momento processual.** Como os efeitos da concessão são ex nunc, o eventual deferimento não implica modificação da sentença, pois a sucumbência somente será revista em caso de acolhimento do mérito de eventual recurso de apelação. 2. O princípio da "invariabilidade da sentença pelo juiz que a proferiu", veda a modificação da decisão pela autoridade judiciária que a prolatou, com base legal no artigo 463 do CPC, não impõe o afastamento do juiz da condução do feito, **devendo o magistrado, portanto, exercer as demais atividades posteriores,** contanto que não

1



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

impliquem alteração do decidido na sentença. 3. Recurso especial parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 904.289 - MS (2006/0257290-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO.

Bem como, nesse mesmo sentido acentua ainda o art. 9º da Lei 1060/50:

*"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".*

Logo, vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Por fim, "*considerada a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para fins de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar a real situação financeira do requerente*" (STJ, AgRg no AREsp 296.675/MG, rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9-4-2013).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais.

No caso, à parte que comprovar a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Aliás, é sabido que as custas judiciárias da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão por que desde já o autor **requer a concessão da GRATUITA JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80% de desconto).**

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º), conforme faz prova a transcrição de tal dispositivo legal abaixo:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*...*

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, **ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)***

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, mesmo que de forma parcial, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Por fim, diante do exposto, o autor **requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA INTEGRAL, uma vez que se encontra desempregado e não tem como arcar com o ônus processual. Caso Vossa Excelência não entenda cabível, que CONCEDA A GRATUIDADE JUDICIARIA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.** Com o deferimento dos pedidos supras, a parte autora requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 17 de fevereiro de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





# GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## I - FICHA DO(A) ESTUDANTE:

Tipo: veterano(a) ( ) novato(a) (x)  
Nome: IVANESKA ALEANDRA DAS NEVES Nome Social: \_\_\_\_\_  
Número de Identificação Social (NIS): \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: 11.11.2004  
Sexo: Fem ( ) - Masc ( ) Cor/Raça: Branca ( ) - Preta ( ) - Parda ( ) - Amarela ( ) - Indígena ( )  
Filiação: Não declarado/ignorado ( ) Pai/Mãe ( )  
Filiação 1: RICARDO DAS NEVES DA SILVA Filiação 2: JOSE ALEANDRO DAS NEVES  
Nacionalidade: Brasileira ( ) - Brasileira-Nascido no exterior ou Naturalizado ( ) - Estrangeira ( )  
País de origem: \_\_\_\_\_ Estado de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Município de Nascimento: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
Número de Identidade: \_\_\_\_\_ Complemento da Identidade: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_  
UF da identidade: \_\_\_\_\_ Data de emissão da identidade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Documento Estrangeiro/Passaporte: \_\_\_\_\_  
Modelo da Carteira Civil: Não informado ( ) Modelo Antigo ( ) Modelo Novo ( )  
Justificativa da falta de informação sobre Documento do Aluno:  
Não informado ( ) - Aluno não possui documento ( ) - Escola não possui informação de documento do aluno ( )  
Zona Residencial: Urbana ( ) - Rural ( )  
CEP: 51.100.00 Endereço: RUA BERNARDO Número: 511 Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: SANTA CECÍLIA Estado: PB Município: PEDRA LAVADA Distrito: \_\_\_\_\_  
Recibe escolarização em outro espaço: em hospital ( ) em domicílio ( ) não recebe ( ) utiliza transporte escolar público ( )  
Fardamentos (pio / p / m / g / gg / xgg) e calçados: tamanho da camisa: \_\_\_\_\_ tamanho da calça: \_\_\_\_\_ tamanho do calçado: \_\_\_\_\_  
Deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação:  
Altas habilidades/superdotação ( ) - Autismo Infantil ( ) - Baixa Visão ( ) - Cegueira ( ) - Deficiência Auditiva ( ) - Deficiência Física ( ) - Deficiência intelectual ( ) - Deficiência Intelectual ( ) - Síndrome de Asperger ( ) - Síndrome de Down ( ) - Síndrome de Rett ( )  
Síndrome ( ) - Síndrome de Williams ( ) - Síndrome de Williams ( ) - Síndrome de Williams ( )  
Recursos necessários para participação do aluno em avaliações:  
Auxílio Ledor ( ) - Auxílio-Transição / Guia-Intérprete ( ) - Intérprete de Libras ( ) - Leitura tátil ( ) - Prova Ampliada fonte tam. 20 ( ) - Prova Ampliada fonte tam. 24 ( ) - Prova em Braille ( ) - Povo ou comunidade tradicional ( )  
Está em situação de emergência ( )  
Cartão Nacional de Saúde: \_\_\_\_\_

## II. MATRÍCULA: ITENS OBRIGATORIOS

Ano: 2020 Atendimento: \_\_\_\_\_ Turno: Manhã ( ) - Tarde ( ) - Integral ( ) - Noite (x)  
Modalidade/etapa: \_\_\_\_\_ Área Profissional (curso técnico): \_\_\_\_\_  
Curso Profissionalizante: \_\_\_\_\_ Série: 1ª  
Escola: EEEM ANTÔNIO DE NEVES BURI  
Transferência de (escola/turma de origem): EEEM SANTA ANA ARAUQUEENSE  
Origem do Aluno: Rede Privada ( ) - Rede Municipal (x) - Rede Estadual/Outro Estado ( )  
Rede Estadual/Paraíba ( ) - Estrangeira ( )

## III. DADOS DO(A) RESPONSÁVEL PELO ALUNO:

Nome: MARIA DAS NEVES DA SILVA  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Justificativa/Observação: \_\_\_\_\_

## DOCUMENTOS OBRIGATORIOS

- Termo de matrícula 2020
- Original e cópia do Histórico Escolar
- Original e cópia da Cédula de Identidade (RG) ou Cartão de Registro Civil
- Original e cópia do CPF (opcional)
- Original e cópia atestual com data de comprovante de residência
- Original e cópia da Carteira de Vacinas (educação infantil)
- Original e cópia do Cartão SUS (opcional)
- Foto 3x4 (em caso de cadastro incompleto)

CPF: 057.048.284-42  
Telefone: \_\_\_\_\_





**CAIXA**

PROGRAMA



**Bolsa Família**

Conta CAIXA Fácil

4392 6718 6395 6070

MARIA DAS NEVES DA SILVA

0737 023 00008374-3

10/24

**VISA**

Valid only in Brazil / Valido apenas no Brasil

Electron



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 17/02/2020 21:20:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021721204666800000027356043>

Número do documento: 20021721204666800000027356043

Num. 28368454 - Pág. 2



**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0002836-56.2016.8.15.0271**

**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: VANESKA ALEANDRA DAS NEVES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**

**SENTENÇA**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).** Necessidade de Instruir o Pedido com Guia de Custas. Art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial. Documento Indispensável à Propositura da Ação. Indeferimento da Petição Inicial. CPC, art. 485, I.

– Faltando documento indispensável à propositura da ação, indefere-se a inicial e extingue-se o processo sem análise meritória.

**Vistos, etc.**

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada pela parte autora qualificada nos autos, pelos motivos expostos na petição inicial.

O pedido de justiça gratuita foi indeferido.

Intimada, a parte autora reiterou o pedido de justiça gratuita.



Os autos foram migrados para o sistema PJe, tendo a parte autora tomado ciência, deixando de instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça .

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

**É o relatório.**

**Decido.**

O art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjb-judicial/>), dispõe, *in verbis*:

**Art. 386.** O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 do CPC.

(...)

§ 3º A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.

Sendo assim, após a edição da norma acima transcrita, a guia de custas judiciais passa a ser documento indispensável à propositura da ação, mesmo que haja requerimento de gratuidade de justiça, sendo um dos requisitos da petição inicial, na dicção do art. 320 do CPC:

**Art. 320.** A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

No caso dos autos, a gratuidade de justiça foi indeferida, tendo a parte autora sido intimada a recolher as custas judiciais.

Entretanto, a parte autora limitou-se a reiterar o pedido de justiça gratuita.

Além disso, quando tomou ciência da digitalização dos autos, deixou de instruir o pedido com a guia de custas, nos termos do art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial, razão por que a ação deixou de ser instruída com documento indispensável à propositura da ação, conforme o disposto no art. 320 do CPC, acima transcrito.



Com efeito, em caso de ausência de qualquer dos requisitos da inicial, inclusive na falta de documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial é considerada inepta e, portanto, deve ser indeferida, consoante o art. 321, parágrafo único do CPC:

**Art. 321.** O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos [arts. 319 e 320](#) ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

**Parágrafo único.** Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial

Sendo assim, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 386, § 3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, c/c arts. 320, 321, parágrafo único, e 485, inciso I, todos do CPC, **INDEFIRO A INICIAL e, em consequência, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**





Segue apelação em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB.**

**PROCESSO Nº 0002836-56.2016.815.0271**

**VANESKA ALEANDRA DAS NEVES**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, de Ação de Cobrança c/c Reparação de Danos, deduzida em face da Seguradora Lider dos Consorcios Dpvt S.A., por seu procurador adiante assinado, vem, tempestivamente, diante de Vossa Excelência, com fundamento nos dispositivos processuais aplicáveis à espécie, particularmente os artigos 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **RECURSO DE APELAÇÃO**, em laudas separadas que a esta seguem.

Dispensado o preparo recursal, tendo em vista a concessão da gratuidade judiciária nos termos da sentença recorrida (documento id 29465455).

Requer, assim, digno-se Vossa Excelência receber o presente recurso, em ambos os efeitos legais, e cumprido o trâmite de praxe, seja remetido à superior instância.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

**Pelo Apelante/autor VANESKA ALEANDRA DAS NEVES**

Colenda Câmara Cível,

Ínclitos Julgadores

Inconformada com a decisão do MM. Juiz singular, recorre para ver anulada a sentença e, não sendo este o entendimento desta Colenda Câmara, recorre para que seja reformada a decisão monocrática nos termos adiante explicitados.

**I - OS FATOS**

A Apelante propôs Ação Indenizatória em desfavor da Seguradora Líder dos Consorcios Dpvt S.A., requerendo entre outros, a concessão Indenização do Seguro Obrigatório em virtude de ter sido vítima de acidente de trânsito e de ter permanecido inválido permanentemente, tendo suplicado a assistência judiciária gratuita tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, pedido este indeferido pelo Juízo “a quo” conforme denuncia a sentença recorrida (documento id 29465455), sob a alegação de que “[...] **não havia nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda [...]**”

Diante de tal negativa a parte autora peticionou requerendo a reconsideração da decisão retro e apresentou a cópia de documentos (documentos id’s 28368453 e 28368454), que demonstra que o mesmo **NÃO EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA e SE QUALIFICA COMO SENDO UMA MERA ESTUDANTE E SUA GENITORA É BENEFICIARIA DE PROGRAMA SOCIAL (BOLSA-FAMÍLIA)**, bem como que tal assistência judiciária fosse concedida de forma parcial nos termos do art. 99 do NCPC ou que fosse concedido um desconto parcial em tal recolhimento de custas, conforme acentua o §5º do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

*“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*...*

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

*percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"*

Porém, apesar da documentação apresentada comprovando a situação econômica do Apelante de ser um mero ASSALARIADO, **BEM COMO ANTE AO FATO PRINCIPAL DE REQUERER A APLICAÇÃO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOB AS CUSTAS PRÉVIAS, CONFORME ENUNCIADO NO §5º DO ART. 98 DO CPC**, o Juízo apelado acabou por cancelar a distribuição e determinar o arquivamento dos autos nos termos do artigo 290 do CPC.

**Restando tão somente a esse Tribunal de Justiça a conceder a gratuidade judiciária de forma parcial com aplicação de uma redução percentual das custas processuais conforme enuncia o §5º do Art. 98 do CPC.**

Logo, percebe-se al lermos os autos, que o Juiz a quo fala em desconto e/ou parcelamento das custas, mas não os especifica, como a autora especificou em sua petição documento id 28368296, razão pela qual tornou a decisão apelada totalmente injusta e abusiva.

Portanto, diante desses fatos, o apelante aguarda o provimento do Recurso interposto, reformando-se na ÍNTEGRA, destarte, a D. Sentença, proferida pelo douto Juízo "a quo", uma vez que antes mesmo de tal magistrado se pronunciar sob o desconto requerido com fulcro no §5º do artigo 98 DO CPC, o mesmo acabou por extinguir injustamente o presente processo e consequentemente arquivá-lo, razão pela qual requer a anulação da respectiva decisão e a consequente concessão ao autor da gratuidade judiciária de forma parcial.

## **II. RAZÕES DE RECURSO**

### **DAS RAZÕES DO INCONFORMISMO**

A Sentença (documento id 29365455) proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz merece ser reformada, haja vista que para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita não é necessária caráter de miserabilidade do requerente, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC). Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia do Extrato do Bolsa Família da Apelante testificando o sua hipossuficiência financeira está ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se *inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita*, se não vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DO SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 21-03-2017)**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (TJPB -**





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo N° 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)**

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REJEIÇÃO. MÉRITO. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. APREENSÃO DO BEM OBJETO DO FINANCIAMENTO. UTILIZAÇÃO PARA SUSTENTO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. 1. Em que pese a declaração de hipossuficiência econômico-financeira ser bastante para a concessão da gratuidade judiciária, tal afirmação é dotada de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser afastada quando o juiz tiver razões para crer que o requerente não se encontra em estado de miserabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. Inexistindo provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, art. 5º da Lei nº 1.060/50. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo N° 20113411020148150000, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 22-01-2016)**

Ainda, o juiz somente deveria indeferir o pedido se houvessem elementos que evidenciassem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício citado e, ainda, nestes casos, antes de indeferir, deveria determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais, conforme art. 99 do NCPC em seu § 2º:

*§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.*

Aos autos foram juntados comprovação de renda que demonstra que a Apelante se encontra desempregada, documento esse que demonstra que não possui condições financeiras de arcar com às custas processuais, sem que lhe acarrete prejuízos, necessitando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita.







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A apelante fez mais do que simplesmente apresentar uma declaração de pobreza, juntou aos autos documentos comprobatórios de sua renda, assim verifica-se que o pedido está de acordo com o artigo 98 do NCPC, como supra colacionado, sendo impositiva a concessão do benefício.

O indeferimento do pedido significa dizer que o Apelante não poderá usufruir de seu direito, qual seja o acesso a justiça, restando assim impedido de exercer seu direito legítimo e devido. Significa ainda dizer que lhe causaram um dano e que este dano ficara impune, tendo em vista que o juízo *a quo* entendeu por indeferir a Justiça Gratuita, sendo este entendimento contrário ao majoritário em nossos Tribunais de Justiça, como restou demonstrado nos julgados supra colacionados.

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante.

**DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – REDUÇÃO  
PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

A Assistência Judiciária Gratuita não é necessita que o requerente apresente caráter de miserabilidade, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC).

Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia da CTPS do agravante testificando o seu desemprego esta ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas. No mesmo sentido, preceitua o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais. No caso, a parte comprovou a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o que por no mínimo lhe garantiria a concessão da redução percentual das custas processuais.

Claro que caso o Juízo a quo não achasse certo conceder a Assistência Judiciária Gratuita de forma integral a apelante, poderia lhe conceder de forma parcial, lhe concedendo uma **REDUÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA- HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRACOMPROVAÇÃO -CONTRACHEQUES ATUALIZADOS- RECURSO PROVIDO. - Em uma interpretação sistemática dos artigos 98 e 99 do CPC/15 e do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, conclui-se que a simples afirmação acerca da ausência de capacidade financeira não é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo necessária a juntada de documentos que corroborem tal afirmação.

**- A apresentação de contracheques atualizados afigura-se suficiente para a concessão do benefício da justiça gratuita, pois tais documentos se revelam aptos a evidenciar o percebimento de renda compatível com a alegação de hipossuficiência financeira.** (TJMG- Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.16.015628-3/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 27/10/2017).(grifei)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO RELATIVA - DESPESAS DO PROCESSO - CAPACIDADE FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS - SERVIDOR - CONTRACHEQUES - REMUNERAÇÃO MÓDICA - COMPROVAÇÃO - BENEFÍCIO - DEFERIMENTO - RECURSO PROVIDO. 1. A declaração de pobreza firmada pelo postulante goza de presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida pelas circunstâncias do caso concreto. 2. Para a concessão do benefício da gratuidade da justiça importa examinar se a renda





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

auferida pelo postulante não permite o custeio do feito, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares. 3. Se a única prova dos autos se restringe ao contracheque do servidor, que evidencia a percepção de módicos vencimentos, não havendo qualquer indício de riqueza a demonstrar a capacidade de a parte arcar com as despesas processuais, é de rigor a concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte hipossuficiente. 4. Recurso provido. (TJMG- Apelação Cível 1.0686.15.011393-0/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/05/2016, publicação da súmula em 10/06/2016)

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º).

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DO SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTA TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI , j. em 21-03-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ.** APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante de forma parcial.

Por outro lado, é sabido que as custas judiciais da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão pela qual a **recorrente requer que lhe seja CONCEDIDO A ASSISTENCIA DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80% de desconto).**

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer o Apelante seja conhecido e provido o apelo ora interposto, reformando-se a sentença proferida pelo juiz *a* quo, nos seguintes termos:

a) requer que lhe seja **CONCEDIDO A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 50% do valor original (50% de desconto), nos termos do §5º do art. 98 do CPC, uma vez que o autor não tem mais como propor uma nova ação, uma vez que os**





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**efeitos da prescrição já teoricamente atingiram o seu direito a indenização pleiteada nesses autos.**

b) Rogando ainda que seja tal sentença devidamente anulada, e que sejam os autos remetidos a Comarca de Origem para que a apelante recolha as custas com o desconto assinalado e o processo volte a tramitar novamente, com a devida citação da ré.

Por fim, tendo este entendimento, Magnífico Egrégio Tribunal impõe-se a reforma da decisão "a quo" conforme requerido.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
VARA ÚNICA DE PICUÍ



[Seguro]

PROCESSO Nº 0002836-56.2016.8.15.0271

AUTOR: V. A. D. N.

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

## DESPACHO

Vistos, etc.

1. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões;
2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao E. TJPB.

Picuí-PB, data e assinatura eletrônicas.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**

**Juiz de Direito**

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.



